



## RELATÓRIO E VOTO AO PROJETO DE LEI Nº 0252/2023

Altera a Lei n. 17.565, de 2018, para declarar a Língua Blumenau integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina.

**Autor:** Deputado Napoleão Bernardes

**Relator:** Deputado Marcos José de Abreu- Marquito

### I - RELATÓRIO

Trata-se de análise de proposição legislativa de iniciativa do Deputado Napoleão Bernardes que "Altera a Lei n. 17.565, de 2018, para declarar a Língua Blumenau integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina".

A matéria foi admitida e aprovada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, nos termos da emenda substitutiva global apresentada pelo relator da matéria para fins exclusivos de adequação à técnica legislativa (eventos 3, 4 e 5) e, em seguida, remetida à Comissão de Educação e Cultura, na qual fui designado relator.

É o breve relatório.

### II - VOTO

De acordo com o disposto nos arts. 144, III, e 209, III, do Regimento Interno deste Poder, compete a esta Comissão de Educação e Cultura analisar as proposições sob o prisma do interesse público, quanto aos campos temáticos ou áreas de atividade constantes do art. 78 da norma regimental.

Pela presente análise, vislumbro que o Projeto de Lei em tela visa tão somente a declarar como patrimônio cultural imaterial a Língua Blumenau e a sua inclusão no anexo I da Lei nº 17.565/2018.

Em que pese a boa intenção do autor da proposta, bem como, ressalte-se, o elemento cultural que motiva a proposta de lei, faz-se necessário trazer ao presente voto alguns pontos fundamentais para melhor elucidação da matéria.

Cumprir informar, inicialmente, que o meio adequado para o reconhecimento formal de um patrimônio cultural, como uma expressão ou modo de fazer, como no presente caso, ocorre por procedimento próprio junto ao Poder Executivo, o qual tem a competência constitucional e legal para tal.

O Poder Executivo estadual, portanto, tem o poder-dever de reconhecimento de manifestações culturais como integrantes do patrimônio imaterial catarinense a partir de requisitos a serem necessariamente observados, requisitos esses dispostos no arcabouço normativo do Estado de Santa Catarina, dentre eles, o Decreto nº 2504/2004, o qual "Institui as formas de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou Intangível que constituem o Patrimônio Cultural de Santa

Catarina" e a Lei nº 17.565/2018, a qual "Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina".

O citado decreto, ressalte-se, traz no seu bojo especificidades sobre o procedimento em comento que abrange, dentre outros:

- a instauração do processo de registro de bens culturais de natureza imaterial ou intangível;

- a juntada de documentação histórica que demonstre as razões e pertinência do registro pretendido;

- emissão de parecer e posterior julgamento por órgão colegiado dentro da estrutura da Fundação Catarinense de Cultura- FCC;

- atendidos os requisitos, a devida inscrição no livro correspondente e, ato contínuo, o recebimento do título de Patrimônio Cultural de Santa Catarina.

A mencionada lei, por sua vez, nos termos do seu art. 1º, "tem por objetivo consolidar as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina" e considera, de acordo com o art. 3º c/c o seu parágrafo único, como integrante do "patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, (...) os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação, venham a ser tombados pelo órgão competente".

Da simples leitura dos dispositivos supra, verifica-se que a lei em comento traz, expressamente, salvaguarda a bens móveis e imóveis, ou seja, bens materiais, ao passo que não faz menção a bens imateriais em seu texto, bens esses previstos apenas no seu Anexo I, em rol específico de eventos e festividades considerados como patrimônio cultural.

Nesse contexto, oportuno trazer à presente análise a manifestação, em caso análogo, da Divisão Técnica do IPHAN-SC que, em recente manifestação (13/06/2023) de propositura legislativa que versa sobre a titulação de municípios como "capital nacional" (de algum aspecto cultural, econômico, social) considerou, por meio do Despacho nº 738/2023- Processo nº 01450.003594/2023-70, que esse tipo de proposição, no modelo que vem sendo desenvolvido atualmente (de maneira aleatória, não alicerçada em uma política estruturada de desenvolvimento econômico e social, e inócua, pois meramente declaratória), parece ir na contramão das verdadeiras necessidades e emergências do país. Concluiu a Divisão Técnica do IPHAN-SC nos seguintes termos: "Pelo exposto acima, opino que o IPHAN-SC deve pronunciar-se negativamente a esta e outras proposições similares".

Dessa forma, faz-se notório que o projeto de lei ora sob análise apenas visa a incluir no anexo da lei supramencionada a Linguíça Blumenau como integrante do Patrimônio do Estado de Santa Catarina, como bem cultural imaterial, não tratando-se, ressalte-se, de um **ato constitutivo de direito, mas meramente ato declaratório que não tem efeito vinculante sobre o procedimento específico e adequado supracitado**, o qual se dará por via administrativa própria, no âmbito da Fundação Catarinense de Cultura.

Importante, nesse sentido, a elucidação às entidades representativas e população como um todo sobre a inocuidade da aprovação de um projeto de lei **meramente declaratório**, sob pena de se criar expectativas e frustrações em razão da não produção dos efeitos desejados/esperados pela lei eventualmente aprovada, expectativas essas criadas a partir da incompreensão da essência conceitual de patrimônio cultural imaterial e das especificidades do procedimento para registro e titulação, pelo órgão ou ente administrativo competente, de um **Bem Cultural de Natureza Imaterial ou Intangível que constitui, formalmente, o Patrimônio Cultural**

**de Santa Catarina e que, de fato, constitui direitos e salvaguardas a um bem cultural imaterial.**

Ante o exposto, no âmbito desta comissão de mérito, **compreende-se que a pretensa lei, caso aprovada, tratar-se-á de uma lei inócua, meramente declaratória, sem efeitos jurídicos constitutivos de direitos**, razão pela qual, em que pese o devido respeito à relevância cultural do objeto do projeto de lei em comento, **voto pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 0252/2023** e sua emenda substitutiva global aprovada no âmbito da CCJ, pelas razões aqui expostas e com fundamento nos arts. 144, III, e 209, III, do Regimento Interno.

Sala das Comissões,

Deputado Marcos José de Abreu- Marquito  
Relator



ELEGIS  
Sistema de Processo  
Legislativo Eletrônico

Documento assinado eletronicamente por **Marcos José de Abreu**, em 01/05/2024, às 23:54.

---